

REVISÃO CRIMINAL Nº 5.222 - SP (2019/0320106-6)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
REQUERENTE : BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA ANTUNES (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
REQUERIDO : JUSTIÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de revisão criminal formulada de próprio punho por Bruno Henrique de Oliveira Antunes em face do acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Intimada, a defensoria pública (fls. 46 - 48) noticiou a inexistência de decisão deste Tribunal justificante de sua competência.

Em síntese, é o relatório.

Decido.

Preliminarmente, insta examinar a competência desta Corte para análise da pretendida Revisão Criminal.

A ação de revisão criminal, prevista nos artigos 621 e seguintes do Código de Processo Penal, admite nova análise da decisão condenatória quando:

"I - quando a sentença condenatória for contrária ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos;

II - quando a sentença condenatória se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos;

III - quando, após a sentença, se descobrirem novas provas de inocência do condenado ou de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena."

A Constituição Federal de 1988 prevê no artigo 105, I, "e", que competirá ao Superior Tribunal de Justiça julgar e processar *"as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados"*.

É consolidado na jurisprudência dos Tribunais Superiores que a expressão *"seus julgados"* deve ser interpretada como decisões que enfrentam efetivamente o mérito, não sendo suficiente para fixação de competência, aquela

que não conhece ou nega provimento ao recurso, bem como nos casos em que se trate de temas alheios e periféricos ao conteúdo meritório ou mesmo aqueles que expressam mero inconformismo com a decisão anteriormente proferida.

Sobre o tema, vale trazer à baila os seguintes julgados:

"AGRAVO REGIMENTAL NA REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRECEDENTES. AGRAVO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. O Supremo Tribunal Federal é competente apenas para processar e julgar revisão criminal quando a condenação tiver sido por ele proferida ou mantida no julgamento de ação penal originária, em recurso criminal ordinário ou em recurso extraordinário com conhecimento do mérito. Precedentes. 2. Com fundamento no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, deve o Relator negar seguimento à revisão criminal manifestamente inadmissível, improcedente ou contrária à jurisprudência dominante, embora sujeita a decisão a agravo regimental. 3. Agravo regimental ao qual se nega provimento" (STF - RvC n. 5.448 AgR, Tribunal Pleno, Relª. Minª. Cármen Lúcia, DJe de 8/4/2016).

"AGRAVO REGIMENTAL NA REVISÃO CRIMINAL. INEXISTÊNCIA DE JULGAMENTO DE MÉRITO DESTA CORTE. NÃO CABIMENTO DA REVISÃO. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A teor do contido no art. 240 do RISTJ, não havendo decisão de mérito proferida por esta Corte em desfavor do requerente, ora agravante, não há falar em revisão criminal. 2. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg na RvCr n. 2.477/SP, Terceira Seção, Relª. Minª. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 20/8/2014).

"PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NA REVISÃO CRIMINAL. INCOMPETÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE DECISÃO DE MÉRITO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Não havendo decisão de mérito proferida por este Superior Tribunal de Justiça, não tem cabimento a presente revisão criminal por manifesta incompetência.

Agravo regimental desprovido." (AgRg na RvCr 3.787/RS, Terceira Seção, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik, DJe 21/08/2017).

Superior Tribunal de Justiça

No caso, observa-se dos esclarecimentos feitos pela defensoria pública que o processo crime em desfavor do ora autor findou após acórdão do Tribunal de origem, inexistindo assim julgado de mérito desta Corte apta a embasar a sua competência para o exame da Revisão Criminal.

Ante o exposto, com base no artigo 34, XVIII, "a", do RISTJ, **não conheço da revisão criminal**, ao passo em que determino a remessa dos autos ao eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para as devidas providências.

P. e I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator